

ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO CASA ANTONIO AGOSTINHO JANUARIO

"Cidadania com Respeito e Responsabilidade"

PROJETO DE LEI Nº 009/2025

Autoria:

Aurílio Lacerda de Alencar Maria de Fátima Lustosa de Araújo Alencar

Francisco Leonel Ferreira Júnior

EMENTA: DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO

DA COZINHA COMUNITÁRIA DO DISTRITO

RANCHARIA, NO MUNICÍPIO DE GRANITO-PE,

COM O NOME DE "COZINHA COMUNITÁRIA

ANTÔNIA MARIA LÍRIO" E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO, no uso das atribuições que lhe conferem

o art. 142, §1°, e 150, §1° do Regimento Interno, bem como os artigos 30, inciso I, e 216,

da Constituição Federal, e a Lei Orgânica do Município de Granito, em regime de

tramitação ordinária, em decorrência da ausência das comissões, propõe aos pares a

apreciação e votação, e o consequente encaminhamento ao Senhor PREFEITO para sanção

do presente Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica denominada "Cozinha Comunitária Antônia Maria Lírio" a Cozinha

Comunitária localizada no Distrito Rancharia, zona rural do município de Granito, Estado de

Pernambuco.

Art. 2º - A presente denominação tem como finalidade prestar justa homenagem à

senhora Antônia Maria Lírio, cidadã granitense de notável atuação comunitária, reconhecida

por sua dedicação, generosidade e contribuição histórica ao desenvolvimento social do Distrito

Rancharia.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal providenciará a afixação de placas indicativas

com a nova denominação, bem como adotará as medidas administrativas necessárias para

atualização da identificação do equipamento público nos registros oficiais e materiais de

divulgação.

Av. Jose Saraiva Xavier, 151 -centro Granito-PE CEP: 56.160-000 FONE/FAX: 87 3880-1160 E-MAIL: camaragranito@gmail.com

CNPJ: 11.474.954/0001-52

ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO CASA ANTONIO AGOSTINHO JANUARIO

"Cidadania com Respeito e Responsabilidade"

Art. 4º - Esta Lei se fundamenta nos princípios constitucionais da valorização da

cultura, da memória coletiva e da identidade local, conforme o disposto no artigo 216 da

Constituição Federal, que reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza

material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes

grupos formadores da sociedade brasileira.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações

orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

em contrário.

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem por objetivo eternizar a memória e a relevante

contribuição social da senhora Antônia Maria Lírio, moradora histórica do Distrito Rancharia,

que, ao longo de sua vida, desempenhou papel fundamental no amparo à comunidade local,

especialmente nas ações voltadas à partilha de alimentos, acolhimento de famílias em situação

de vulnerabilidade e fortalecimento dos laços de solidariedade entre os moradores.

A escolha do nome "Cozinha Comunitária Antônia Maria Lírio" representa o

reconhecimento público a uma mulher que, mesmo sem ocupar cargos oficiais, exerceu um

verdadeiro mandato popular na prática cotidiana da caridade e da empatia. Sua trajetória guarda

correspondência direta com os valores expressos no artigo 3º da Constituição Federal, que

elenca como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma

sociedade livre, justa e solidária, além da erradicação da pobreza e da marginalização.

Ao denominar esse importante equipamento público com o nome de Antônia Maria

Lírio, o município de Granito reafirma o compromisso com a preservação da memória de seus

cidadãos exemplares, conforme previsto no artigo 216 da Carta Magna, bem como fortalece a

identidade local e inspira as futuras gerações a seguirem exemplos de vida baseados no serviço

ao próximo e no respeito ao coletivo.



ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO CASA ANTONIO AGOSTINHO JANUARIO

"Cidadania com Respeito e Responsabilidade"

Ressalte-se ainda que a iniciativa encontra amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que assegura ao município a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a denominação de próprios públicos e a promoção de homenagens cívicas.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação deste Projeto de Lei, que representa um ato de justiça histórica, reconhecimento social e valorização da cultura.

Granito-PE, 10 de junho de 2025.

Aurílio Lacerda de Alencar

Vereador do Município de Granito

Maria de Fátima Lustosa de Araújo Alencar

Vereadora do Município de Granito

Francisco Leonel Ferreira Júnior

Vereador do Município de Granito